

# O dominó e as reservas

OLIVEIROS S. FERREIRA

O que surpreende o observador da cena política é a dificuldade que encontra em descobrir as conexões de sentido que levaram à ação de não pagar os juros da dívida de médio e longo prazo. Pelo que se leu no editorial principal de O Estado de sábado passado, na reunião do Conselho de Segurança Nacional deveriam ter sido examinados os diferentes partidos de ação que poderiam ser adotados após a declaração da moratória, além de visualizadas as conseqüências do gesto. Sobre a discussão de uns e a análise das outras, o presidente deveria ter fundado sua decisão — sempre embasada nos estudos feitos pela Secretaria Geral do Conselho. Ora, passados alguns dias, começa a formar-se a convicção de que a decisão não foi precedida de análise detida da cena internacional, das repercussões dela no equilíbrio de poder mundial e das conseqüências internas que poderá acarretar. Diz-se que a Secretaria Geral já estudou a pior hipótese não explica coisa alguma — afinal, a crise interna está instalada há tempos e admitir que se possa agravar é apenas reconhecer o óbvio. Assusta, isto sim, não se mencionar estudo algum sobre as repercussões da ação brasileira sobre a cena internacional, da qual o Brasil participa.

Em primeiro lugar, o governo brasileiro deveria ter tido presente que a decretação da moratória poderia ter conseqüência do tipo efeito dominó. O Peru recusar-se a pagar os juros da dívida, limitando-os a um percentual de suas exportações, pode ser desagradável para os bancos, mas não chega a constituir um problema para eles. O Brasil fazer o que fez, sim, por causa do peso específico do País na cena mundial. Em boas e outras palavras, se a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional não teve presente as realidades geopolíticas e as conseqüências delas, falhou em sua missão de assessoramento. Se as considerou, e teve aprovada sua decisão, é caso de a sociedade brasileira rever seu juízo sobre o papel que, ela imagina, o presidente José Sarney deseja dar ao Brasil no mundo.

Pelo efeito dominó, outros países imitando o Brasil, a América Latina poderá realizar o sonho de seus revolucionários românticos ou guerrilheiros e dar sua contribuição para colocar em xeque o sistema financeiro internacional. Esse xeque, evidentemente, não será xeque-mate — mas provocará uma crise de conseqüências impossíveis de avaliar num primeiro exame. A crise do sistema financeiro internacional repercutirá sem dúvida alguma sobre a economia norte-americana, que atravessa hoje sua pior fase, considerados em conjunto os déficits públicos e da balança comercial, a dívida dos agricultores norte-americanos com os bancos regionais ou nacionais dos Estados Unidos, a participação de capitais japoneses e europeus entre os tomadores de títulos da dívida pública norte-americana etc.

Não será, rigorosamente falando, uma crise de agradáveis perspectivas. Seguramente, enfraquecerá a posição mundial dos Estados Unidos, já seriamente abalada pela crise que afeta a Presidência neste momento. Isso, repito, se houver o efeito dominó. E não há por que haver ou deixar de haver — estamos vivendo momentos em que nada é certo, tudo está entregue à vontade dos governantes. É um momento luciferiano neste sentido de que, no instante em que se transforma a necessidade em virtude e se faz da vontade o guia das ações estatais, desconsiderando as forças profundas da realidade, já se cedeu a ten-

tação de Mefistófeles, não de ser eternamente jovem, mas eternamente poderoso.

O efeito dominó pode não se dar. Isso não elimina a outra parte integrante da ação brasileira, a qual foi tomada com pleno conhecimento do chefe de Estado — ou então ele não sabe o que se faz em seu governo: que destino se deu às reservas brasileiras, publicamente dadas como tendo sido colocadas em lugar seguro contra eventuais represálias? Contas secretas na Suíça? A comunidade financeira saberia imediatamente e alguma coisa teria filtrado para órgãos de imprensa especializados.

Insinua-se, em alguns jornais brasileiros, que as reservas foram parar em banco soviético. Há ponderáveis motivos para crer que a intenção de fato existiu — e então, céus, quem autorizou medida dessa natureza não foi capaz de avaliar o que ela representaria no jogo de poder internacional, sendo o Brasil, geopoliticamente, o que é. Se se transferiram as reservas para banco soviético, ou seria dizer que tal se deu sem o conhecimento prévio do camada Gorbachev, que sabe o que faz e tem problemas muito sérios na frente interna para comprar os desamores do Brasil com os bancos norte-americanos em geral, e com o FED em especial. Depois que o camarada foi informado do fato, que poderia fazer? Nada — a não ser chamar seu ministro da Defesa e ver como é que a URSS poderia não dar apoio às provocações brasileiras que se seguirão contra os Estados Unidos.

Se se deixou "filtrar" a informação de que as reservas foram parar em banco soviético é porque existiu a intenção de colocá-las lá, e se quer que os Estados Unidos soubam disso — e o mundo inteiro também. Há apenas um pequeno problema, que seria suscitado pela mentalidade inocente de padre Brown: ninguém retira quatro bilhões de dólares da noite para o dia de n bancos e os transfere para um banco soviético sem que a comunidade financeira e a CIA, e o MI-6 (ou seria MI-5?) e o Mossad e os serviços franceses e a imprensa árabe e ocidental venha a saber. Afinal, não se carrega esse dinheiro em sacolas de supermercados. Mesmo admitindo a hipótese de que se tenha começado muito cedo a transferir o dinheiro, pouco a pouco, chegaria um dia em que a compensação dos bancos ocidentais (e eles devem ter sistemas que permitam aferir esses dados) acusaria o desequilíbrio de quatro bilhões de dólares, e todo o mundo entraria em pânico. Afinal, quatro bilhões são dinheiro graúdo. Donde ser possível concluir que, na medida em que ninguém acusou esse rombo descomunal, simplesmente não se fez a transferência. Ela não se fez, seria a conclusão lógica, porque não havia o que transferir.

Com o que, diria padre Brown, o camarada Gorbachev deve estar preocupado em explicar ao embaixador norte-americano que nada tem de ver com o que está acontecendo em Brasília — pois não pode nem quer ter —, e o presidente Sarney talvez devesse começar a pensar que os quase quatro bilhões de dólares que ele disse que o País tinha já não existem mais. E por isso que será indispensável seguir a orientação da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e preparar-se para o pior. Pena é que os ministros de Estado, os presidentes do Supremo, da Câmara e do Senado que ouviram todas as explicações de segurança nacional que levaram à decretação da moratória não tivessem sido informados desse pormenor do destino das reservas brasileiras.